

Esquecimento, silêncio e memória: paradoxos e perspectivas nos novos processos de comunicação

Aline Hernandez
Marcelo Scarparo
Helena Scarparo

Resumo: Nos tempos atuais delineiam-se contextos de vida caracterizados por preocupações exageradas por um presente instantâneo. Somos premidos pela urgência e em nome dela desejamos esquecer o que nos afasta da luta pela conquista arrebatada do futuro. Nessa perspectiva, cabe interrogar se as novas formas de comunicação promovem democratização da informação e se o avanço veloz das tecnologias pode estar acelerando nossas perspectivas de tempo. Tais considerações levam a refletir sobre os processos sociais contemporâneos e os lugares ocupados pela memória – espaço de resistência por guardar experiências carregadas de afeto. Estas são questões emergentes e pontuais que costuram as idéias apresentadas neste artigo. Com elas pretendemos problematizar os processos de comunicação que acompanham a criação do tempo presente e sua implicação no cotidiano, lócus da produção dos modos de guardar memórias e de conviver.

Palavras-chave: memória, silêncio, esquecimento, novos processos de comunicação.

Introdução

Parece-nos fundamental iniciar este artigo deixando claras nossas intencionalidades. Bem, nossa preocupação primeira é refletir sobre a produção de memória social numa sociedade cada vez mais preocupada com um presente instantâneo. Para tal, nosso ponto de partida foi abordar a memória desde sua instância afetiva, subjetiva, instância que parece esquecida pela herança cartesiana que ainda permanece dominante no interior das ciências humanas e sociais. Um segundo passo, foi tecer uma rede de argumentos que, de um lado coloca em evidência os problemas gerados pelos novos processos de comunicação social e, de outro, salienta suas vantagens. Nosso leitor/a sentirá que, em muitos momentos, não defenderemos um lado ou outro, já que este artigo é também um exercício que tenta “escapar” à lógica científica dicotômica de pensar a realidade escolhendo uma interpretação em prol de outra. O *corpus* argumentativo servirá, então, para que publicizemos inquietações, evidências e, assim, possamos pensar juntos/as algumas antinomias. Por fim, argumentaremos sobre a importância social de construir o que Pollak (1989) chamou de “memórias subterrâneas”, ou seja, recuperar memórias esquecidas, saberes intencionalmente silenciados que, quando ativados, tencionam a história oficial trazendo à tona as experiências de grupos excluídos das narrativas oficiais. Para suscitar essas

reflexões lançamos mão de uma produção cinematográfica que evidencia aspectos das relações do sujeito contemporâneo com as novas tecnologias, na perspectiva de produção de memórias e esquecimentos.

Brilho eterno de uma mente sem lembranças

O filme “*Eternal Sunshine of the Spotless Mind*”¹ dirigido por Michel Gondry com roteiro de Charlie Kaufman (2004) nos envolve em uma trama que enreda realidade e ficção. Nesse filme, deletar memórias, suprimir histórias, apagar imagens, remover pessoas e ocultar fatos representam possibilidades disponibilizadas pela ciência e pela tecnologia. Trata-se de um antigo desejo humano: dominar a habilidade de apagar o passado e, com isso, evitar o sofrimento associado às lembranças que ele contém. Nessa lógica a vida das pessoas pode “seguir seu fluxo” sem que seja “atravessada” por memórias indesejáveis. Eis o empreendimento deste projeto científico que no roteiro ocorre no cenário de uma clínica para esquecimento, denominada *Lacuna*. Para que o projeto seja realizado com êxito, os sujeitos submetidos ao experimento devem gravar em áudio a narrativa detalhada de suas memórias indesejáveis e, ainda, entregar aos cientistas e técnicos todo e qualquer objeto que remeta às lembranças por deletar. Então, com base nestes materiais, os cientistas constroem um mapa mental, um caminho cerebral das lembranças que serão apagadas. Mas, algo falha: um dos sujeitos (o protagonista do filme), ao contatar com intensas emoções trazidas pela memória, se arrepende da decisão de deletá-las. Mas, ele está dormindo, não pode manifestar seu arrependimento e vai se dando conta que fragmentos de seu passado já foram apagados. Trava, então, contínuas batalhas contra o aniquilamento do tempo vivido, contra a instituição de lacunas através da supressão de memórias marcadas pela emoção. Finalmente, ao acordar, uma memória nebulosa, expressa num desejo de visitar uma praia, que o encaminha para a possibilidade de articular experiência pregressa, presente e projetos de existência.

O filme é rico em metáforas e nos lembra de aspectos da condição humana no presente. Os personagens explicitam dilemas de um tempo no qual a vida humana corre apressada, olhando perplexa para um mundo inundado pelo novo. Nesse mundo a

¹ Lançado nos EUA em 2004 e traduzido ao português como “O brilho eterno de uma mente sem lembranças” o filme ganhou o Oscar de melhor roteiro original e recebeu 4 indicações ao Globo de Ouro: melhor filme, melhor ator (Jim Carrey), melhor atriz (Kate Winslet) e melhor roteiro.

rememoração habita espaços restritos e pouco compartilhados. Assim, as reflexões sobre o tempo vivido e convivido não são uma prática cotidiana, mas podem configurar-se em estratégias de resistência. Essas se opõem à produção de relações sociais caracterizadas pela superficialidade e pela pressa, criticam a ânsia por capturar o novo, problematizam a aflição em consumir e descartar. Resistem, enfim, aos apelos cotidianos para esquecer. Aqui cabe destacar a diferença entre lembrança e reminiscência apontada por Albuquerque Jr. (2007). A primeira é facilmente acessível e a segunda é descrita como inconsciente e, sobretudo, carregada de sentimentos. O aparato tecnológico utilizado no filme apagava as lembranças, mas não as reminiscências, o que evidencia que a pretensa racionalidade científica se desorganiza ao considerar as emoções.

O roteiro do filme escolhido para ancorar as reflexões que seguem trata de reminiscências. Trata-se de sensibilidades guardadas que, num embate intenso com os avanços da ciência e da tecnologia, propõem diálogos com experiências. Desse modo, afetações, memórias e projetos de vida articulam aprendizagens com potencia transformadora das relações sociais em contexto.

Assim, os processos de aprendizagem, as trocas de informação e as formas de orientação no mundo social precisam de lembranças e reminiscências. Isso significa que a ausência de representações “do que já passou” interfere diretamente nas experiências atuais. Mudanças sociais dependem, em boa medida, do resgate e do confronto entre experiências atuais e experiências vividas, aprendidas, guardadas e partilhadas. Assim, os significados atribuídos aos fatos se entrelaçam com sentimentos e emoções que nos “afetam” e, desse modo, impulsionam alguma ação. Neste sentido, afetos são informativos e participam da composição dos inventários² necessários à compreensão dos contextos. Com isso queremos afirmar que nenhum saber-agir humano é desvinculado das complexas instâncias do sentir e do conhecer no presente. Como lembra Vygotsky (1996, p. 284): “Um olho que tudo visse, precisamente por isto nada veria; uma consciência que se desse conta de tudo, não se daria conta de nada; se a introspecção tivesse consciência de tudo, não teria consciência de nada”.

Temos, então, a possibilidade subjetiva, cognitiva de atribuir diferentes sentidos ao social e, embora essa possibilidade seja circunscrita às condições sócio-históricas, a

² Inventário: aqui entendido como coleção de idéias e conceitos (Bosi, 1992).

relação que estabelecemos com a cultura é ativa, marcada por movimentos de aceitação, oposição, confronto ou indiferença.

A produção de mudanças sociais é, então, revestida de sentimentos, emoções e afetos que as acionam. Neste sentido, Gamson (1992) recorda a possibilidade de considerar a “cognição quente”, ou seja, emoções e sentimentos efervescentes que levam à ação, ao rompimento com esquemas pré-existentes. Tal ruptura implica um intenso processo de rememoração possibilitado pela emoção. Produzir mudanças é, antes de tudo, deixar-se contaminar pela agitação dos sentimentos nascidos da coragem de memorizar criticamente a existência. Assim, uma mudança de perspectiva gera processos de rememoração e provoca rupturas nas continuidades anunciadas pelo pensamento linear.

O projeto cartesiano: onde guardar a emoção?

A construção do paradigma apoiado na racionalidade linear e na dedução que caracterizam o projeto cartesiano pode ser considerada um apelo ao esquecimento. Não podemos negar a marca traumática deixada pelo paradigma funcionalista no desenvolvimento das ciências humanas. A visão funcional de *homeostase social* buscava evitar a mudança perseguindo o consenso, a ordenação, o controle e a conformidade. Para tal ignorou a complexidade do humano, a dinâmica social da vida e suas possibilidades infinitas de ruptura e transformação. O cogito cartesiano “penso logo existo” inaugura a era moderna marcando uma separação entre conhecimento e contexto e a primazia da razão sobre a existência. Mas, quando as tentativas de explicação do mundo partem de uma razão que vê a si mesma como o parâmetro de todo o fenômeno humano, a explicação será necessariamente parcial e limitada.

Herdeiros de uma lógica rígida e parcial - que considera como progresso a descoberta da verdade - abrimos mão da possibilidade de rememorar. Abandonamos a memória para valorizar a razão (Ricoeur, 2007) na esperança da certeza e da predição.

O desejo de controlar o futuro através do conhecimento científico abriga planos de *evoluir* de um passado primitivo para um tempo melhor. Entretanto, essa lógica objetiva e linear vem sendo relativizada por reflexões sobre as experiências. Como lembra Moscovici (1981, p.18): “No mundo social, fora do laboratório, existem inovações, há revoluções, há lutas simbólicas entre maiorias e minorias, etc. Não conheço ninguém que possa realizar a proeza intelectual de demonstrar que inovar,

lutar, etc., se reduz à mesma estrutura de respeitar à ordem, manter a uniformidade de condutas e opiniões”.

A tecnologia originalmente era associada ao ideal de progresso, numa dimensão de tempo linear cujo sentido carregava promessas de um mundo melhor, com garantias de conforto, segurança e longevidade. Os avanços tecnológicos, entretanto, promoveram o reverso dessa promessa e brindaram a humanidade com a desordem. Por exemplo, a ameaça cotidiana à destruição do planeta é, em grande parte, atribuída aos avanços tecnológicos.

A inovação implica rupturas com os padrões rígidos de ser, saber e agir. Ser protagonista de uma ruptura é comunicar uma dimensão política por não absorver categorias preexistentes. Imaginamos o poder das minorias ativas no sentido de tornar visível, de outra forma, o que já estava naturalizado. Tornar estranho, desconhecido, diferente pode significar trazer da memória para o social a narrativa de uma experiência carregada das peculiaridades da vida dos que vivem e podem comunicar o acontecimento de outras maneiras. Nesse caso, podemos afirmar, então, a riqueza de considerarmos a incompletude como aliada da transformação e da mudança.

Tal comunicação convida ao diálogo e à criação de espaços que contemplem a não-uniformidade de condutas e ações. Isso implica significar a vida com movimentos e transformações carregados de afetações e sentidos que não obedeçam às generalizações e, portanto, não antecipem os conteúdos e lugares das memórias.

Com escolhas como esta, contrapomos o hedonismo massificado que caracteriza a era do consumo e do desejo cooptado pela hipervalorização da brevidade que superficializa as comunicações. A inclusão na categoria “sujeito do terceiro milênio” carrega a compulsão por comunicar a posse do novo, do que não guarda memórias, não problematiza a história, não comunica o estranhamento e, conseqüentemente, não anseia por rememorar.

Os novos espaços de comunicação: paradoxos e incertezas

O contexto da globalização altera os padrões da identidade cultural, quebrando com as cadeias de construção de identidades regionais e nacionais mantidas desde o século XIX, mas, também as reforça no sentido dos esforços de grupos que lutam contra esse processo. A quebra dessa identidade de grande abrangência, representada pelas categorias da nação e da região, abriu espaço para a formação de diversas identidades

em torno de outras perspectivas e enfatizando outros destinos e lutas às quais as pessoas se integram. Vemos o crescimento, no final do século XX, de grupos em torno do ambientalismo, feminismo, direitos homossexuais, reforço de identidade étnica, etc. Essas identidades superam o âmbito nacional, sendo que muitos grupos encontram expoentes nos cinco continentes. Ainda a disputa política depende da nação enquanto corpo político e burocrático, mas a expressão cultural ignora, muitas vezes, a identidade nacional. A nacionalidade e o pertencimento a determinada região deixaram de ser a identificação mais importante, passando para o status de ser uma entre muitas formas de relação com a sociedade. Isso implica uma diferença bastante importante nas relações entre esses grupos e o tempo, no sentido de representações do passado, presente e futuro. Koselleck (2003) cria as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa, ligadas entre si, para explicitar como experiência e expectativa afetam as percepções sobre o mundo, a partir da gestação de modos de se relacionar com o tempo.

A cada identidade formada repetem-se as categorias do eu e do não-eu, do outro. Os discursos sobre o passado se multiplicam, como se multiplicam os destinos-manifestos. Nessa multiplicação de conhecimentos e mesmo de tipos de apropriação do passado (história, memórias, cinema, literatura, jornalismo) vemos uma constante reinvenção dos imaginários sociais. O jogo entre memória e esquecimento se reatualiza diariamente, impulsionado pela aceleração da história, no sentido da velocidade com que se dão os acontecimentos, velocidade mesma com que são representados de diversas maneiras.

Para Pomian (1999), a atual centralidade dos problemas referentes à memória está relacionada com fatores conjunturais e com invenções técnicas. O surgimento e a utilização mais generalizada dos modos de gravação de imagens – fixas e em movimento - e sons trazem uma nova relação com a memória, que antes dispunha de suportes materiais mais restritos. Essa mudança faz parte de um processo de aceleração da história, ocasionado pelos progressos sócio-políticos e técnico-científicos, que alteram os ritmos e prazos da realidade do “mundo-da-vida” (KOSELLECK, 2003).

O passado, a memória, o mito e a história são modos de entrada nas disputas por poder no micro-espço social. Disputa diária, direta e indireta que extravasa a política, a escola e a nação. Disputa em relações interpessoais virtuais ou presenciais. Disputa também protagonizada por minorias ativas. As diferentes apropriações do passado, diferentes construções de memória coletiva, se integram nesse quadro,

portanto, como espaço de luta por poder e pelo estatuto da verdade cuja vitória pode ser a capacidade de visibilizar convicções. A tecnologia parece abrir um espaço democrático no qual vários discursos podem ser comunicados.

A oportunidade de dialogar em tempo real com a diversidade aumenta as chances de surpreender-se, compreender de modo mais dinâmico os fenômenos locais e globais que delineiam a vida humana. O inesperado pode vir em outro idioma, o impacto pode surgir da constatação de diferenças entre culturas, o assombro pode referir-se a semelhanças inexplicáveis. Por outro lado, o fato de disponibilizar informações em um *blog*, por exemplo, não significa garantir interlocuções, mas sim explicitar o desejo de comunicar-se.

A comunicação, enquanto espaço dialógico, precisa das diferenças. A memória, carregada de afetos, está plena de possibilidades de estranhar e produzir pensamentos críticos e, como decorrência, espaços libertários. Assim, ela é objeto e meio de luta política e social.

Neste sentido, Guareschi (2005) recorda que sem comunicação não há solução, ou seja, o fato de comunicar nos permite trocar idéias, acrescentar conhecimentos, colocar pontos de vista em tensão, além de ser uma forma eficaz de entendimento humano. Mas, a disponibilização de informações não é, necessariamente, comunicação, pois nem sempre promove a interlocução de sentidos sociais. Por outro lado, Hardt e Negri (2005) fazem uma avaliação da realidade global e das possibilidades de construir uma democracia ainda desconhecida, uma articulação “em rede” como estratégia eficaz de ativismo. Para eles, a facilidade de eliminar fronteiras faz com que os canais de participação se ampliem já que as pessoas não precisam estar geograficamente no mesmo lugar para participar de uma luta. A troca rápida de documentos e informações facilita um ativismo intercontinental.

As redes sociais ampliam, sem dúvida, capacidades informativas e, nesse sentido, podem ser consideradas formas de assumir espaços de poder na sociedade. Mas, estes podem tornar-se, facilmente, “forças regulatórias” que carregam uma espécie de poder produtivo: hierarquizam os diferentes conhecimentos e produzem determinados sujeitos e formas sociais. Assim as relações estabelecidas nesses espaços são contraditórias: possuem códigos e técnicas específicas que excluem um número significativo de pessoas, exigem que informações sejam rapidamente deletadas ou reorganizadas a fim de obter espaço para informações mais atuais. Por outro lado, favorecem desacomodações, deslocamentos e partilhas de territórios de poder.

Dentro dessa ótica, vemos a organização de um campo de disputas no qual se confrontam discursos. Resta o problema das condições para a difusão dessas idéias e significações, as quais se encontram em rápida modificação. A tecnologia e a ciência, por exemplo, introduzem algumas imagens e tencionam o apagamento de outras. Nesse sentido, Pomian (1999), ressalta que a invenção da imprensa impactou as relações entre memória e história, pois permitiu que cada texto chegasse a um número muito maior de leitores. A imprensa teria rompido laços entre a transmissão oral e a transmissão escrita da memória, uma vez que os textos não mais precisavam ser lidos ou recitados para um grande público. O papel central do texto escrito só foi abalado recentemente, com o advento de tecnologias de gravação de imagem em movimento e som, que deslocam o foco de atenções para outras formas de comunicação.

A amplitude dos meios de divulgação e as possibilidades de publicar idéias expandiram-se rapidamente, junto à capacidade de gravar dados referentes às memórias. Assim, junto às tecnologias de gravação, surgem meios de reprodução e difusão desse conteúdo gravado. No entanto, os grandes canais de distribuição são inacessíveis para muitos grupos e discursos, que acabam por depender de meios de pequena circulação. Apesar do progressivo e acelerado avanço tecnológico e informativo, ainda existem “invisibilidades culturais”; grupos sociais que se encontram à margem (ou na fronteira) dos processos mediatizados tecnologicamente.

Se a tecnologia introduz mudanças em relação aos imaginários, ela introduz mudanças à própria construção da realidade social (PESAVENTO, 2003). Mas não apenas a tecnologia ou a ciência enquanto entidade una, mas determinadas tecnologias e determinados pensamentos com status de ciência alteram de uma ou outra forma o imaginário. Isso está condicionado por um contexto mais amplo, das redes sociais, das disputas por poder em vários níveis e, numa perspectiva de longa duração, das mudanças lentas de visão sobre a própria ciência e o conhecimento que se produz.

O problema do contemporâneo não se resume, então, às novas formas de comunicação ou linguagens sociais emergentes, pois como vimos, elas são paradoxais. O que deve ser observado com cuidado nos tempos que correm é a tendência em considerar o novo desprovido de memória, quando é na memória carregada de afeto ou, parodiando Gamson (1992), é na efervescência da memória que inventamos.

Memória social: narrar, significar, persistir

“Embora hoje a memória excepcional seja relegada aos computadores e a algum ato ocasional do teatro de variedades, em épocas passadas ela era de vital importância. Em uma era com estoques abundantes de canetas, papel e textos impressos, é difícil valorizar a importância absoluta da memória humana” (BILLIG, 2008, p.116).

As memórias carregam em si marcas de uma época, sistemas de significação e representação das sociedades. Talvez, o polêmico seja questionar a partir daí: como ficará a memória de uma geração fascinada pelo instantâneo?

Na antiguidade os anciões guardavam suas memórias e as passavam às novas gerações comunicando-as de forma oral. As tradições se mantinham e se reinventavam quando atualizadas com novas narrativas verbais. Com o passar do tempo, os suportes físicos da memória se ampliaram. Destaca-se o surgimento de técnicas como a fotografia, o cinema e a gravação de som, em diversas estruturas: fitas magnéticas, discos de vinil, CDs e DVDs, entre outros. Esses avanços disponibilizam maior capacidade de armazenamento de dados, em uma sociedade com múltiplas visões do passado, na qual muitos acontecimentos podem ser considerados dignos de memória. Hoje, os reservatórios de memórias são aparatos tecnológicos e documentos que substituem a tradição e os encontros dialógicos de troca de lembranças sobre o tempo vivido. A capacidade de armazenar essas informações não garante, necessariamente, um processo de rememoração, pois os meios virtuais nem sempre democratizam as chances de falar e ser ouvido.

O exame de diferentes documentos produzidos ao longo da história sejam eles escritos, orais ou imagéticos, são fontes indiscutíveis de conhecimento social no sentido abrir espaços com memórias que podem conter diferenças e promover rupturas. A tarefa de analisar tais materiais implica contemplar a alteridade na produção de memórias. Conhecer e produzir memórias outras (sentidos outros) - e esta pode ser uma atribuição das práticas psicológicas - significa trabalhar numa dimensão política, ou seja exercer uma *práxis* justificada pelo respeito ao lugar e ao saber do “outro social”. Isso implica abrir possibilidades de provocar reviravoltas nas narrativas oficiais. Assim, a *práxis* constitui uma ferramenta da crítica em contexto e indica limites e possibilidades de superação do conhecimento produzido e de seus efeitos.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar o valor da cultura, apontada por Ricoeur (2007) como instrumento impeditivo da reedição de atrocidades. Essa afirmação aponta para a necessidade de compreender a memória em uma cultura e

ambas entrelaçadas pela discussão das dimensões éticas dessa inserção. Talvez o desejo de não reedição de atrocidades possa implicar exercícios dialógicos que articulem história e memória.

Nesse sentido, Martín-Baró (1986) já advertia sobre a importância de olhar criticamente a História e associá-la aos grupos sociais. Dizia que no seu interior podiam ser encontradas contradições entre o discurso histórico “oficialmente” produzido e as memórias sobre este tempo. As memórias dos grupos marginalizados são denominadas por Pollak (1989) como “memórias subterrâneas”. Segundo este autor, a manifestação destas memórias - excluídas e silenciadas - faz com que a história oficial seja tencionada e que identidades coletivas sejam visibilizadas e afirmadas. Vamos pensar por um momento nos grupos silenciados em tempos de ditadura: exilados políticos, intelectuais orgânicos, artistas, estudantes e ativistas em geral. Não fora o esforço emocional e político destes grupos em trazer à superfície suas memórias, as ditaduras, em muitos casos, estariam justificadas pela oficialidade. Estes grupos reclamam uma memória que se antepõe à história oficial em muitos casos.

É preciso recordar para poder resistir, perseguir na memória o que nos diferencia, rompe e interroga e o presente é *locus* de produção e imaginação de cenários pregressos. Ao narrar memórias transformamos significados e produzimos mudanças identitárias que tencionam o “espírito de manada” e valorizam a igualdade como o direito de ser diferente no presente, o que impede as cristalizações das versões sobre o passado.

As minorias ativas movimentam o social neste sentido: desacomodam o que já estava naturalizado, contestando a história oficial. As minorias buscam apaziguar sentimentos de injustiça produzindo uma ação política imbricada aos afetos. Tais afetos brindam as expressões humanas com outros sentidos, abrindo possibilidades de mudar o mundo a partir da forma de pensá-lo. Nesse caso, podemos afirmar, então, a riqueza e a potencial atualizador do senso-comum como aliados da transformação.

Qualquer parcela esquecida ou silenciada pode recuperar na memória o que rompe, pergunta, inova ou transforma. Cabe, pois perguntar: onde estão as memórias, as imagens, as vozes, as narrativas de alguns grupos numa sociedade que adquiriu o ápice dos processos de informação? Escarafunchar nos esquecimentos talvez seja, realmente, uma tarefa imprescindível de reciclagem. Entender o que conforma as margens é entender, ao mesmo tempo, as configurações do centro e o que as fronteiras pretendem demarcar, incluir ou excluir.

Considerações finais

Para ir finalizando estas reflexões queremos lembrar de uma cena final do filme “Brilho eterno de uma mente sem lembranças” onde uma das funcionárias de “Lacuna” abre os arquivos onde estão guardadas as memórias das pessoas que tinham se submetido ao processo de esquecimento. É interessante notar que uma grande quantidade de pessoas volta aos arquivos na tentativa de descobrir o que realmente aconteceu em suas vidas, na tentativa de “recuperar” o que tinha sido apagado. Voltar ao passado, rever documentos, rememorar experiências é a possibilidade de recuperar memórias esquecidas, possibilidade que sublinhamos como tarefa imprescindível na construção de memórias sociais silenciadas, excluídas da narrativa oficial.

Ao longo deste artigo argumentamos que a memória é capaz de produzir sentidos outros em paralelo à história oficial numa sociedade que abandona suas memórias (o velho) em prol do acúmulo de informações atuais (o novo). Reconhecer a co-existência de cognições diferentes, emergentes de indivíduos ou grupos é questionar as formulações homogêneas e as lógicas totalitárias. Só assim, tencionando lógicas a partir da própria realidade, poderemos ampliar as limitações de perspectivas cêntricas e criar uma abordagem conceitual mais compreensiva, capaz de explicar a posição e o olhar do outro sobre a realidade.

A intenção de pensar a memória social e a produção de esquecimento relacionada aos novos processos de comunicação evidencia a necessidade de ir situando e registrando algumas ausências, alguns vazios de conhecimento. Pois, como disse Bachelard (1996) não são as verdades, mas as perguntas que fazem a ciência avançar, já que os conceitos, as teorias, os modelos podem ser facilmente enganosos e impedir o mergulho na experiência, nesta interação radical entre ser humano e realidade.

Neste sentido, dissemos que a produção do conhecimento sobre o passado não se esgota, mas pode ser significada no presente como possibilidade de que a histórica não seja restrita a uma versão. Assim, um dos objetivos relevantes dessa tarefa é especular o que passou a fim de encontrar “artefatos” (experiências, narrativas, documentos) que remetam às dimensões não exploradas do passado (Billig, 2008). Pode-se pensar, então, na importância de considerarmos a memória subterrânea, afetada pelos processos de aceleração informativa, tecnológica e histórica. A construção de

histórias e memórias subterrâneas depende, fundamentalmente, de um ativismo social orientado a desmistificar “falsas verdades”, crenças e estereótipos que falseiam os conhecimentos que temos acerca destes grupos. Trata-se, pois, de um esforço político e sócio-cultural que prevê a construção de identidades sociais invisíveis. Assim, podemos perceber a capacidade do uso da memória como resistência. As identidades, naturalmente, pressupõem esquecimentos. No entanto, diferentes identificações necessitam de um uso diferente da memória, levando às rememorações e à produção de outros conhecimentos e sentidos. A memória mostra-se capaz de contrapor uma narrativa oficial e ser objeto da produção de outras narrativas identificadas com outros grupos e posições políticas.

A luta pela recuperação de memórias subterrâneas compete àqueles pesquisadores e áreas científicas comprometidas com a transformação social. Uma luta para que se contem as duas ou mais versões “esquecidas” pela história.

Referencias

ALBUQUERQUE JR, D. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BILLIG, M. *Argumentando e pensando: uma abordagem retórica à Psicologia Social*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GAMSON, W. A. *Talking politics*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1992.

GUARESCHI, P. *Psicologia Social Crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005 (3ª edição).

HARDT, M. e NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología*, n 22, pp.219-231. El Salvador: UCA, 1986.

MOSCOVICI, S. (1981). *Psicología de las minorías activas*. Madrid: Morata.

PESAVENTO, S. J. . Nação e Região: construções imaginárias do Brasil e do Rio Grande do Sul no século XIX. In: Sandra Jatahy Pesavento. (Org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. 1 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003, v. 1, p. 209-244.

POLLAK, M. *Memória, esquecimento, silêncio*, 1989.

POMIAN, K. *Sur l'histoire*. Paris : Gallimard, 1999.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.